



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC nº 10.363/13

Objeto: Pensão

Beneficiários: Francisco Augusto da Costa Nóbrega

Servidor (a): Maria Nelieide de Sousa Nóbrega

Órgão: PBPprev

Gestor Responsável: Hélio Carneiro Fernandes

Procurador/Patrono: Não Há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC – 2.171/2013

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 10.363/13, referente à concessão de Pensão por morte da servidora Maria Nelieide de Sousa Nóbrega, Ass. Legislativo Assistente, Matrícula nº 270.569-9, tendo como beneficiário Francisco Augusto da Costa Nóbrega, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa, 22 de agosto de 2013

*Cons. ARTHUR PAREDES CUNHA LIMA*  
PRESIDENTE

*ANTONIO GOMES VIEIRA FILHO*  
RELATOR

Fui presente :

**REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 10.363/13**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente da PBPrev**, concedendo Pensão por morte da servidora Maria Nelielde de Sousa Nóbrega, Ass. Legislativo Assistente, Matrícula nº 270.569-9, tendo como beneficiário Francisco Augusto da Costa Nóbrega,. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo dos benefícios elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Auditor Relator**

### **PROPOSTA DE DECISÃO**

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial proponho que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão ao Sr. Francisco Augusto da Costa Nóbrega.

É o voto!

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Auditor Relator**